



Caderno de Provas

CPGM - NM

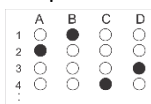
GUARDA MUNICIPAL

Edital Nº. 002/2019 – Prefeitura Municipal de
Parnamirim/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Direito Constitucional, 10 (dez) questões de Matemática, 5 (cinco) questões de Noções de Direito Penal e Processual Penal, 10 (dez) questões de Legislação de Trânsito e 5 (cinco) questões de Informática.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:
-

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Direito Constitucional	10 questões	20 pontos
Matemática	10 questões	20 pontos
Noções de Direito Penal e Processual Penal	05 questões	10 pontos
Legislação de Trânsito	10 questões	20 pontos
Informática	05 questões	10 pontos
Total de questões	50 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL MÉDIO

Leia o texto para responder às questões de 1 a 10.

Para que servem os direitos humanos?

Flávio Pierobon

Se a resposta a esta pergunta foi “para defender bandidos”, talvez, o leitor sofra de um sério problema de senso comum teórico, ou talvez jamais tenha efetivamente refletido sobre a questão. Vão aqui alguns pontos de reflexão. A Lei Maria da Penha e o Estatuto da Pessoa com Deficiência são exemplos de que os direitos humanos não são para proteger bandidos, mas para proteger seres humanos.

Foi com base em um tratado de direitos humanos que o STF afastou a possibilidade de prisão do depositário infiel – aquele indivíduo que, não conseguindo pagar suas dívidas, era convertido em depositário do bem que comprou financiado e, caso não o apresentasse ao juiz para que este tomasse o seu bem, era considerado “infiel depositário” - e, por isso, conduzido à prisão.

Foi com base também em um tratado de direitos humanos que se introduziu no Brasil o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em que pese poder haver deficientes que praticam crimes, não parece ser esta a realidade do país, ou os deficientes são todos bandidos?

A Lei Maria da Penha, conhecida por praticamente todos os brasileiros, foi elaborada no país após uma condenação internacional sofrida pelo Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Parece que a senhora Maria da Penha, que se tornou paraplégica por ato do marido, não se adequa bem ao conceito de bandida. Alguém conscientemente se opõe a esta sentença: “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”? Ou a esta: “Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade”? Creio que poucos são contra tais assertivas, ambas previstas na Declaração Universal de Direitos Humanos.

Esses exemplos parecem evidenciar que direitos humanos não são para proteger bandidos, mas para proteger seres humanos. Os dias atuais vêm demonstrando um discurso de verdadeiro desdém aos direitos humanos; expressões como “direitos humanos apenas para humanos direitos” são ouvidas sem enrubescer o autor. Boa parte da população liga tais direitos à proteção de pessoas que cometem crime, quase sempre reclamando que não há a mesma proteção à vítima. O discurso é vazio, sem sentido e irreflexivo. Se um particular fere seus direitos, você pode recorrer ao Estado. Mas, quando quem fere seus direitos – especialmente os direitos fundamentais – é o Estado, a quem nós podemos recorrer? O exemplo simples dá a dimensão da importância de um direito que exista independentemente da estrutura política ou jurídica de cada Estado.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 10 de dezembro de 1948, em Paris. Dos 56 países que participavam da sessão, 48 votaram a favor da Declaração e oito se abstiveram; ninguém votou contra o texto na assembleia da ONU. A declaração pactua aquilo que, logo após as barbaridades da Segunda Guerra Mundial, se acreditou ser a base mínima de direitos a que qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, tem direito. São convicções éticas transformadas em direitos.

Em 1948, imaginou-se que, independentemente do rumo que o mundo tomasse, politicamente falando, jamais nos afastaríamos de tais direitos, por serem supostamente globais (já que nenhum país se opôs à sua formulação) e eticamente lógicos. Passados 70 anos, quase todas as constituições do mundo reconhecem tais direitos, inclusive e principalmente a brasileira, recheada de direitos fundamentais, comprovando que as escolhas feitas naquela época estavam certas.

Mesmo assim, é necessário que a cada crise sejamos lembrados de que pessoas inocentes morreram para que esta geração pudesse comemorar 70 anos de uma declaração de direitos que pertence a todos os seres humanos, mas que ainda não está ao alcance de muitas pessoas ao redor do mundo e na nossa própria vizinhança. Portanto, longa vida à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à proteção desses direitos humanos!

**Flávio Pierobon é advogado e professor de Direito Constitucional.*

Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/para-que-servem-os-direitos-humanos-9bhuk60ysf5pnyptyihaxk9nw/>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

01. De acordo com o texto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- A) tem sua fundamentação em princípios éticos, os quais se tornaram direitos universais de todo e qualquer ser humano.
- B) tem sua publicação durante a Segunda Guerra Mundial, devido às catástrofes humanas ocorridas nesse período.
- C) tende a ser obsoleta diante do atual cenário mundial, no qual a violência se impõe de forma descontrolada.
- D) tende a ser repactuada pelos 56 países que a aprovaram, alinhando-a à estrutura jurídica de cada país.

02. A leitura do texto permite inferir que os Direitos Humanos

- A) são considerados constitucionalmente como direitos em todo o mundo.
- B) não são reconhecidos constitucionalmente na atual sociedade brasileira.
- C) são constitutivos da estrutura política ou jurídica de cada nação.
- D) não são respeitados como direitos universais em todo o mundo.

03. Segundo o texto, o discurso sobre os Direitos humanos é

- A) incoerente, porque afirma que Direitos Humanos nunca se cumprem na prática.
- B) falacioso, porque afirma que Direitos Humanos têm o papel de proteger bandido.
- C) verdadeiro, porque diz que quem usufrui dos Direitos Humanos são os bandidos.
- D) tendencioso, porque diz que os direitos humanos nunca se materializam atualmente.

04. O propósito comunicativo dominante no texto é

- A) informar sobre atentados aos Direitos Humanos na Segunda Guerra Mundial.
- B) discutir a defesa dos Direitos Humanos quando se trata de bandidos.
- C) refletir sobre o papel protetivo da Declaração dos Direitos Humanos.
- D) analisar a origem da criação da Declaração dos Direitos Humanos.

05. O texto é predominantemente

- A) descritivo por analisar a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- B) argumentativo por defender um ponto de vista sobre os direitos humanos.
- C) dialogal por reproduzir dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- D) narrativo por contar o desrespeito aos direitos humanos na Segunda Guerra Mundial.

Considere o trecho para responder às questões de 6 a 8.

Parece que a senhora Maria da Penha, que se tornou paraplégica por ato do marido, não se adéqua bem ao conceito de bandida. Alguém conscientemente se opõe a esta sentença:

“**Ninguém [1]** será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão **proibidos [2]** em todas as suas formas”? Ou a esta: “Ninguém pode ser **arbitrariamente [3]** privado da sua propriedade”? Creio **que [4]** poucos são contra tais assertivas, ambas previstas na Declaração Universal de Direitos Humanos.

06. As aspas foram usadas para marcar uma

- A) citação indireta.
- B) informação implícita.
- C) informação irônica.
- D) citação direta.

07. O primeiro período, sintaticamente, organiza-se

- A) por coordenação e se compõe por quatro orações.
- B) por subordinação e se compõe por quatro orações.
- C) por coordenação e se compõe por três orações.
- D) por subordinação e se compõe por três orações.

08. Os elementos linguísticos representados em [1], [2], [3] e [4] têm, respectivamente, valor de

- A) conjunção, adjetivo, pronome e advérbio.
- B) pronome, adjetivo, advérbio e conjunção.
- C) advérbio, pronome, conjunção e adjetivo.
- D) adjetivo, pronome, conjunção e advérbio.

Considere o trecho para responder às questões 9 e 10.

Boa parte da população liga tais direitos à proteção de pessoas que cometem crime, quase sempre reclamando que não há a mesma proteção à vítima. O discurso é vazio, sem sentido e irreflexivo. Se um particular fere seus direitos, você pode recorrer ao Estado. **Mas [1]**, quando quem fere **seus direitos [2]** – especialmente os direitos fundamentais – é o Estado, a quem nós podemos recorrer?

09. O elemento linguístico representado em [1] liga

- A) orações entre si, estabelecendo uma relação de explicação.
- B) orações entre si, estabelecendo uma relação de concessão.
- C) períodos entre si, estabelecendo uma relação de adição.
- D) períodos entre si, estabelecendo uma relação de oposição.

10. A expressão representada em [2] tem função de

- A) adjunto adnominal.
- B) objeto direto.
- C) adjunto adverbial.
- D) objeto indireto.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIREITO CONSTITUCIONAL – NÍVEL MÉDIO

11. Acerca dos princípios fundamentais encartados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.
- A) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da não concessão de asilo político.
 - B) A dignidade da pessoa humana e o dualismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
 - C) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Tribunal de Contas.
 - D) A República Federativa do Brasil buscará a integração cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
12. Acerca dos partidos políticos, é correto afirmar que o texto da Constituição Federal de 1988 estabelece que
- A) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
 - B) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, entre outros, os preceitos do caráter nacional e da permissão de recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiros.
 - C) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, entre outros, os preceitos do caráter internacional e da permissão de recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras.
 - D) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
13. A respeito dos direitos sociais, o legislador constituinte preocupou-se em disciplinar os direitos dos trabalhadores urbanos e os direitos dos trabalhadores rurais. Sobre tal disciplina constitucional, assinale a alternativa correta.
- A) Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - B) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
 - C) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, mesmo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - D) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

14. Sobre a organização do Estado, a Constituição Federal de 1988 assevera que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Sobre a organização do Estado, sob a ótica do texto constitucional, é correto afirmar que
- A) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
 - B) compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
 - C) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
 - D) compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
15. Sobre a possibilidade de intervenção, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que
- A) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de cinco dias.
 - B) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto no caso específico de manter a integridade nacional.
 - C) o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada, entre outros casos.
 - D) a União não intervirá nos Estados, mas poderá intervir no Distrito Federal, nos casos previstos na própria Constituição Federal.
16. Considerando as previsões constitucionais sobre o Congresso Nacional, é certo afirmar que
- A) o Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, com cada legislatura tendo a duração de quatro anos na Câmara e oito anos no Senado.
 - B) o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de dez ou mais de oitenta e um Deputados.
 - C) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional de oito em oito anos.
 - D) o Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, com cada legislatura tendo a duração de quatro anos.

17. A respeito das regras constitucionais sobre os Deputados e Senadores, assinale a alternativa correta.

- A) Os Deputados e Senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, assim como sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- B) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- C) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- D) Desde a apuração final dos votos, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

18. Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 127, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sobre tal instituição, assinale a alternativa correta.

- A) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- B) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a dependência funcional e financeira.
- C) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- D) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional e financeira.

19. Sobre o estado de sítio, a Constituição Federal de 1988 prescreve que o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, assim como em caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. Ainda sobre o estado de sítio, de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que

- A) o decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- B) solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente da Câmara dos Deputados, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- C) durante o estado de sítio, o Congresso Nacional permanecerá em recesso parlamentar até o término das medidas coercitivas.
- D) o Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Senado Federal decidir por maioria simples.

20. O artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil frisa que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. De acordo com a Constituição”. Sobre a segurança pública, à luz do texto constitucional, marque a alternativa correta.

- A) São órgãos da segurança pública municipal a polícia federal, a polícia civil e a guarda municipal, onde houver.
- B) A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pelos Estados e estruturado em carreira pela União, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- C) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- D) As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – MATEMÁTICA – NÍVEL MÉDIO

21. Na cidade de Parnamirim-RN, a quadra delimitada pelos logradouros, R. Cícero Fernandes Pimenta, R. Manoel Ferreira Neto, R. Suboficial Farias e Av. Pres. Getúlio Vargas formam uma figura plana que consideraremos ser um trapézio isósceles. Conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1



Adaptado de: Google Maps

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-5.9139068,-35.2641768,19z?hl=pt-BR>. Acesso em: 24/06/2019

Se a base do trapézio referente a R. Suboficial Farias mede 140m, a base referente a R. Cícero Fernandes Pimenta mede 110m e a distância entre essas duas ruas tem medida de 76,5m, a área dessa quadra mede

- A) 9.562,50 m².
- B) 10.710,00 m².
- C) 8.415,00 m².
- D) 11.907,50 m².

22. Três amigos foram a uma loja e compraram produtos cujos preços, em reais, estão representados na matriz X. A primeira linha representa os preços de cada produto comprado por João, a segunda linha representa o preço de cada produto comprado por José e a terceira linha representa o preço de cada produto comprado por Jairo. A Matriz Y representa a quantidade de cada produto comprado pelos amigos e a matriz $Z = X \cdot Y$ representa o gasto de cada um deles na loja.

$$X = \begin{bmatrix} 60 & 40 & 50 \\ 40 & 50 & 60 \\ 70 & 60 & 40 \end{bmatrix} \quad Y = \begin{bmatrix} 1 \\ 2 \\ 3 \end{bmatrix}$$

Se a primeira, segunda e terceira linhas da matriz Z representam, respectivamente, os gastos de João, José e Jairo, então

- A) João foi o que mais gastou.
- B) Jairo foi o que mais gastou.
- C) José foi o que mais gastou.
- D) Dois deles gastaram o mesmo valor.

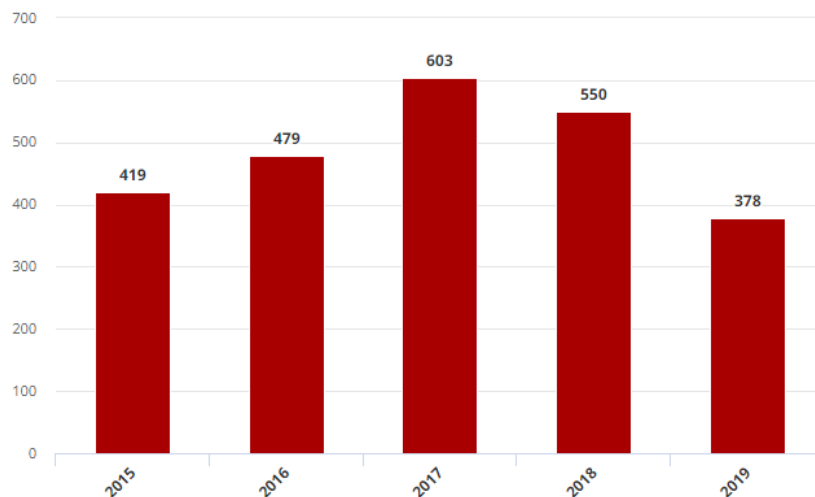
As informações a seguir devem ser utilizadas para responder as questões 23 e 24.

O Gráfico 1 apresenta dados de que o estado do Rio Grande do Norte teve uma redução nos registros de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) no primeiro trimestre de 2019, quando comparado com o mesmo período de anos anteriores.

Gráfico 1

Histórico trimestral de crimes violentos letais intencionais no RN

Dados do primeiro trimestre, por ano, no estado



Fonte: Coine/Sesed

Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/04/01/mortes-violentas-tem-queda-de-31percent-no-primeiro-trimestre-de-2019-no-rn.ghtml>. Acesso em: 26/06/2019.

23. De acordo com os dados do gráfico observa-se que o número de CVLIs em 2019, se comparado com 2018, foi menor em, aproximadamente,

- A) 37,3%.
- B) 31,3%.
- C) 28,6%.
- D) 8,9%.

24. A mediana dos valores de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) apresentados no Gráfico 1 é igual a

- A) 486.
- B) 479.
- C) 603.
- D) 560.

25. A redução da intensidade das chamas na queima de determinada substância pode ser mensurada de acordo com a equação

$$C = C_0 \cdot (0,5)^{\frac{T}{20}}$$

onde C é a intensidade das chamas em um determinado tempo T , em minutos, e C_0 é a intensidade da chama em seu momento máximo. Num determinado instante a intensidade das chamas estava em 20% da intensidade em seu momento máximo. Considerando $\log 2 = 0,3$, o tempo passado para atingir esse instante, à partir da intensidade máxima das chamas, foi de

- A) 25 min.
- B) 14 min.
- C) 47 min.
- D) 36 min.

26. Uma embalagem para servir pipoca foi fabricada em papelão e no formato de cone, conforme a figura ao lado. Sabendo que a altura interna do cone é o dobro do diâmetro interno da sua base e que o comprimento da circunferência da base mede 12π cm (desprezando a espessura), o volume interno dessa embalagem mede

- A) 288π cm³.
- B) 144π cm³.
- C) 72π cm³.
- D) 36π cm³.



27. Dois amigos estão competindo em uma corrida. Considerando que as chances de cada um deles vencer é independente das ações do outro e que a probabilidade de Marcos vencer é de 0,8 e a de Milton vencer é de 0,7, a chance de nenhum deles ganhar é de

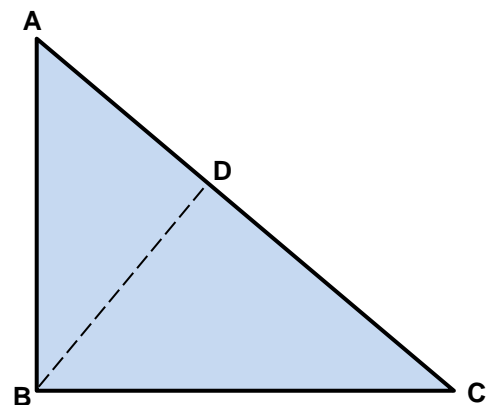
- A) 0,56.
- B) 0,44.
- C) 0,85.
- D) 0,60.

28. Henrique investiu uma quantia de R\$ 1.500,00 a juros compostos com rendimentos trimestrais de 3%. Ao final de um ano o montante que Henrique terá será um valor mais próximo de

- A) R\$ 1.680,00.
- B) R\$ 1.700,00.
- C) R\$ 1.690,00.
- D) R\$ 1.710,00.

29. Um terreno tem o formato de triângulo retângulo, conforme a figura ao lado. A altura (BD) do triângulo relativa à hipotenusa mede 12m e o segmento AD mede 9m. Para cercar totalmente esse terreno com dois arames paralelos, seria necessário um comprimento de arame de, no mínimo,

- A) 100m.
- B) 130m.
- C) 140m.
- D) 120m.



30. Depois de muito tempo juntando suas economias Rafaela conseguiu o dinheiro suficiente para comprar a televisão que tanto queria. Para conseguir um desconto melhor ela pagou o aparelho à vista e em dinheiro. O valor pago pela televisão foi de R\$ 2.500,00 e, ao todo, Rafaela utilizou 35 notas entre cédulas de R\$ 50,00 e R\$ 100,00. Se ela pagou o valor total do aparelho utilizando apenas esses tipos de cédulas, conclui-se que usou exatamente

- A) 20 notas de R\$ 100,00.
- B) 12 notas de R\$ 50,00.
- C) 15 notas de R\$ 100,00.
- D) 24 notas de R\$ 50,00.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – NOÇÕES DE DIREITO PENAL E
PROCESSUAL PENAL – NÍVEL MÉDIO**

31. Considerando as disposições do Código Penal (Decreto-Lei nº. 2.848/1940) sobre o crime, é correto afirmar que
- A) o crime é tentado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
 - B) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
 - C) o crime é tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias próprias da vontade do agente.
 - D) se pune a tentativa quando, mesmo por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
32. Acerca das espécies de penas, o Código Penal (Decreto-Lei nº. 2.848/1940) disciplina que as penas são privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Sobre as penas e suas disposições, pode-se afirmar corretamente, com base no texto legal, que
- A) se o condenado for reincidente, o juiz não poderá aplicar a substituição, mesmo que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.
 - B) a limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados, domingos e feriados, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
 - C) as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma regressiva, segundo o mérito do condenado.
 - D) o condenado será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada.
33. O Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº. 3.689/1941) disciplina as regras ação penal. Segundo tal diploma legal, nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. Além disso, o Código de Processo Penal determina expressamente sobre a ação penal que
- A) a representação será retratável, depois de oferecida a denúncia, nos crimes contra patrimônio ou interesse da União.
 - B) as fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas, dada a sua natureza, não poderão exercer a ação penal, mesmo que representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem.
 - C) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará exclusivamente ao cônjuge ou a descendente.
 - D) qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

- 34.** A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade. Ainda sobre a testemunha, o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº. 3.689/1941) estabelece que
- A) não será computada como testemunha a pessoa que nada souber que interesse à decisão da causa.
 - B) mesmo que ao juiz pareça conveniente, não poderão ser ouvidas as pessoas a que as testemunhas se referirem.
 - C) mediante justificativa nos autos, a testemunha poderá eximir-se da obrigação de depor.
 - D) o depoimento será sempre prestado oralmente, sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito se requerido com antecedência mínima de cinco dias da audiência.
- 35.** Considerando as determinações legais do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº. 3.689/1941) sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.
- A) Na falta ou no impedimento do escrivão, somente a autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
 - B) Em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
 - C) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
 - D) É ato privativo das autoridades policiais e seus agentes o poder de prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – NÍVEL MÉDIO

As regras de circulação têm por objetivo orientar o condutor quanto à circulação pelas vias públicas, de acordo com a lei em vigor. Estas regras determinarão o comportamento do condutor na via. Seguindo tais regras, o condutor terá um comportamento adequado nas vias públicas, ou seja, estará fazendo e participando de um trânsito seguro e confiável.

Fonte: Associação Brasileira dos Detrans.

36. No tocante as normas gerais de circulação e conduta indicadas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, instituída pela Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, analise os tópicos a seguir:

- I. Antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino.
- II. O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.
- III. Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver a esquerda do condutor.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, somente.
- B) II, somente.
- C) I e II, somente.
- D) II e III somente.

37. A figura a seguir apresenta um gesto que pode ser utilizado por condutores nas vias durante a condução dos seus veículos, sendo normatizado no anexo II do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.



Fonte: https://infraestrutura.gov.br/images/Resolucoes/RESOLUCAO_CONTRAN_160.pdf

Esse gesto do condutor indica:

- A) diminuir a marcha.
- B) dobrar a esquerda.
- C) parar o veículo.
- D) dobrar a direita.

38. Em relação aos crimes de trânsito previstos no Capítulo XIX do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, é correto afirmar:

- A) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, quando transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em setenta e duas horas, a permissão para dirigir ou a carteira de habilitação.
- B) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser iniciada enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional.
- C) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, se no caso, o réu for reincidente na prática de crime previsto no CTB, o juiz não poderá aplicar a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, pelo fato de existir prejuízo das demais sanções penais cabíveis.
- D) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.

39. No tocante as normas destinadas para a habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, enumere corretamente a segunda coluna de acordo com a primeira verificando na primeira coluna as categorias das habilitações segundo o Código de Trânsito Brasileiro – CTB com a segunda, definição na aplicação do tipo de categoria.

1 – CATEGORIA “B”

2 – CATEGORIA “C”

3 – CATEGORIA “D”

4 – CATEGORIA “E”

() condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg (seis mil quilogramas) ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares.

() condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a 3.500 kg (três mil e quinhentos quilogramas) e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista.

() condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista.

() condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a 3.500 kg (três mil e quinhentos quilogramas).

Assinale a sequência respectivamente correta.

A) 3, 4, 1, 2

B) 4, 2, 1, 3

C) 4, 1, 3, 2

D) 1, 3, 4, 2

40. Com base na Lei 9.503, de 23 de Setembro de 1997 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, ao ocorrer uma infração prevista nessa legislação de trânsito, lavrar-se-á um auto de infração. Com base nesse dispositivo legal, analise as afirmativas abaixo, identificando quais informações deverão constar obrigatoriamente no auto infracionário:

I - tipificação da infração;

II - local, data e hora do cometimento da infração;

III - caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação;

IV - o prontuário do condutor;

V - identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração;

VI - assinatura do infrator, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II, III e V, apenas.

B) I, II, III e IV, apenas.

C) I, II, V e VI, apenas.

D) III, IV, V e VI, apenas.

Leia o trecho a seguir:

Direção defensiva é o ato do condutor dirigir um veículo de modo a evitar qualquer tipo de acidente, mesmo que os demais condutores ou pedestres pratiquem ações incorretas ou ainda, que ele sofra ação irregular das condições adversas.

Fonte: Associação Brasileira dos Detrans.

41. O condutor defensivo deve reconhecer as condições adversas, podendo ser definida como todos aqueles fatores que podem prejudicar o real desempenho no ato de conduzir e, tornando maior a possibilidade de um acidente de trânsito. As condições adversas podem ser classificadas na prática da direção defensiva como sendo:

A) tempo, fiscalização, trânsito, faixas de trânsito e os pedestres.

B) luz, tempo, estrada, trânsito, veículo e o motorista.

C) luz, estrada, operação de carga e descarga, faixas de sinalização horizontal de trânsito nas vias.

D) Trânsito, veículo, faixas de trânsito, fiscalização e pedestres.

42. A resolução do Contran Nº 432 de 23 de janeiro de 2013, dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência. De acordo com essa resolução, o seu Art. 3º. define que a confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência dar-se-á por meio de, pelo menos, em um dos seguintes procedimentos a serem realizados no condutor de veículo automotor, sendo estes:

- A) exame de sangue; exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência; teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro).
- B) exame de sangue; exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência; teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro); exame de urina e verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor.
- C) exame de sangue; exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência; exame de audiometria; exame de urina; teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico (etilômetro).
- D) exame de sangue; teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro); exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência e a verificação dos sinais cardíacos que indiquem a alteração na capacidade psicomotora do condutor.

43. Entre as penalidades previstas no Art. 256 executadas pela autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades:

- A) advertência por escrito; suspensão do direito de dirigir; multa; frequência obrigatória em curso de reciclagem.
- B) advertência por escrito; suspensão do direito de dirigir; apreensão do veículo; cassação da permissão para dirigir.
- C) apreensão do veículo; apreensão do condutor; cassação da permissão para dirigir; multa.
- D) multa; apreensão do condutor; frequência obrigatória em curso de reciclagem; advertência por escrito.

44. O Art. 162, Inciso I, define que constitui infração de trânsito o fato do condutor dirigir um veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor sendo esta infração, segundo o CTB, tipificada a natureza da infração e sua penalidade, respectivamente, como sendo:

- A) grave e multa.
- B) gravíssima, multa três vezes e apreensão do veículo.
- C) gravíssima e multa (três vezes).
- D) grave e multa (cinco vezes).

EDITAL Nº. 002/2019

45. Segundo a Resolução Nº. 723/2018 que dispõe sobre uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e da cassação do documento de habilitação, define no seu Art. 3º que a penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta aos condutores infratores que atingirem a contagem de:

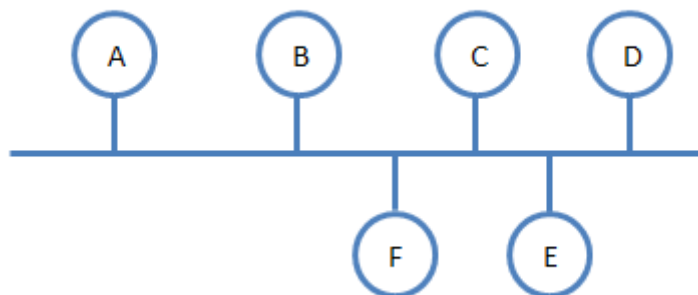
- A) 21 pontos no prazo de 12 meses.
- B) 20 pontos no prazo de 12 meses.
- C) 20 pontos no prazo de 6 meses.
- D) 21 pontos no prazo de 6 meses.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA – NÍVEL MÉDIO

46. No programa Microsoft Word 2016, para salvar o arquivo, selecionar todo o documento e colocar para imprimir usa-se, respectivamente os seguintes atalhos:

- A) Ctrl+A, Ctrl+B e Ctrl+P
- B) Ctrl+P, Ctrl+A e Ctrl+B
- C) Ctrl+B, Ctrl+A e Ctrl+P
- D) Ctrl+B, Ctrl+P e Ctrl+A

47. Ao analisar uma rede de computadores, foi verificado que os hosts A, B, C, D, E, e F, estão conectados como mostra a figura a seguir:



Logo, o tipo de topologia utilizada na rede é:

- A) Anel
- B) Estrela
- C) Híbrida
- D) Barramento

48. A praga virtual que é um software malicioso e pode entrar em um computador disfarçado como um programa comum, e possibilita a abertura de uma porta ou vulnerabilidade que possam invadir seu host alvo é:

- A) Trojan Horse
- B) Worm
- C) Adware
- D) Keylogger

49. No programa Microsoft Excel 2016, um usuário configura a seguinte função na célula **A5**:

=SE(A1 > 15;VERDADEIRO;FALSO)

Ao digitar o número 15 na célula **A1**, vai ter como resultado em **A5**:

- A) VERDADEIRO
- B) FALSO
- C) VERDADEIRO;FALSO
- D) 15

50. Nos navegadores de internet, é possível configurar um Servidor Proxy facilmente. No navegador Internet Explorer 11, o caminho para configurar manualmente o proxy é:

- A) Botão Ferramentas > Opções da Internet > Aba Conexões > Configurações da LAN
- B) Botão Ferramentas > Configurações > Aba Conexões > Configurações da LAN
- C) Botão Ferramentas > Opções da Internet > Aba Segurança > Configurações da LAN
- D) Botão Ferramentas > Configurações > Aba Segurança > Configurações da LAN